

POLÍTICAS PÚBLICAS E OBESIDADE: UMA REVISÃO BIBLIOGRÁFICA

ANNA KARENINA BRAHM; FERNANDO COELHO DIAS²; GLAUCIA SCHOLDZ RODRIGUES³; MÁRCIA DA SILVA LEMES⁴; PAOLA QUEVEDO RIVAS⁵; CAMILLA OLEIRO DA COSTA⁶

¹Universidade Federal de Pelotas – anninhakarenina@hotmail.com

²Universidade Federal de Pelotas – fc.dias95@yahoo.com

³Universidade Federal de Pelotas – glau_22sr@hotmail.com

⁴Universidade Federal de Pelotas – marciialemes@yahoo.com.br

⁵Universidade Federal de Pelotas – rivaspaola@gmail.com

⁶Universidade Federal de Pelotas – camillaoleiro@hotmail.com

1. INTRODUÇÃO

As Doenças Crônicas Não Transmissíveis (DCNT) vêm se revelando como sendo um novo desafio para a saúde pública. Entre as DCNT deve-se dar destaque a obesidade por ser simultaneamente uma doença e um fator de risco para outras doenças deste grupo, como a diabetes e a hipertensão as quais possuem igualmente taxas prevalência em elevação no país (BRASIL, 2014).

As políticas públicas direcionadas para a saúde são de extrema relevância para o bem estar social. Seu principal objetivo é de orientar para a melhoria da qualidade de vida da população, estimulando a promoção, proteção e recuperação da saúde dos indivíduos e do coletivo. Conforme a Constituição Federal promulgada em 1988, essas políticas orientam-se pelos princípios da universalidade, equidade no acesso às ações e serviços, oportunizando a descentralização da gestão, integralidade do atendimento e promovendo a participação da comunidade na organização de um Sistema Único de Saúde (SUS) a nível nacional (REIS, 2011).

Considerando a relevância dos aspectos apresentados, o presente estudo tem como objetivo contribuir para a compreensão dos fatores associados a obesidade e a importância do desenvolvimento de políticas públicas que contemplem esta população.

2. METODOLOGIA

Trata-se de uma revisão de literatura do tipo narrativa para a elaboração de um texto síntese das ideias relacionadas à proposta da pesquisa. Em agosto de 2017, foi realizado uma busca em produções de textos (leis, manuais, livros, artigos, dissertações e teses). Na busca foram utilizadas as seguintes palavras-chave: políticas públicas – obesidade – promoção da saúde.

Como critérios de inclusão foram analisados a relevância do estudo acerca do assunto e estar obrigatoriamente no idioma português.

A partir da leitura dos títulos e resumos selecionaram-se as publicações que atendiam a questão norteadora do estudo. Foi selecionado para o estudo um total de 12 produções, sendo 1 artigo, 1 dissertação, 1 tese e 4 livros.

3. RESULTADOS E DISCUSSÃO

No atual cenário, a epidemia global da obesidade é um reflexo de problemas sociais, econômicos e culturais enfrentado pelos países ainda em desenvolvimento ou com industrialização atual. A obesidade é uma doença complexa que possui consequências sociais e psicológicas graves e que vem afetando todas as idades e diversas classes sociais (COSTA *et al.*, 2009). Com o aumento da população que apresenta agravos crônicos não transmissíveis, enfatiza-se a necessidade de organização dos serviços de saúde para atender a esta demanda de maneira organizada e qualificada (BRASIL, 2014).

Discutir a importância das políticas públicas na questão da obesidade é indispensável, sendo necessário uma reflexão dos conceitos que versam sobre este tema. Torna-se, então, necessário entender a política pública de maneira que seja possível estabelecer conexões com a história e com o contexto econômico, político e social percebendo a contradição inerente desde a concepção dessas políticas (SCHERER, 2012).

Compreende-se como políticas públicas aquelas ações que visem contemplar as necessidades sociais e, para isso, demandem decisões coletivas que são regidas por princípios de justiça social e amparadas por leis impessoais e de caráter objetivo, garantidora de direitos (SANTOS, 2009; SCHERER, 2012). Conforme Pereira (1996, p. 130), pode-se definir políticas públicas como:

Uma linha de ação coletiva que concretiza direitos sociais declarados e garantidos em lei. E mediante as políticas públicas que são distribuídos ou redistribuídos os bens e serviços sociais, em respostas às demandas da sociedade. Por isso, o direito que as fundamenta é um direito coletivo e não individual. Embora as políticas públicas sejam de competência do estado, não representam decisões autoritárias do Governo para a sociedade, mas envolvem relações de reciprocidade e antagonismo entre duas esferas.

O Sistema Único de Saúde (SUS), nos últimos anos, vem apresentando alguns avanços relacionados a organização e ampliação de ações voltadas para a prevenção e tratamento da obesidade. Porém, a maioria dos recursos financeiros são voltados para o tratamento cirúrgico da obesidade mórbida – apesar da cobertura deste procedimento ainda ser muito baixo em relação à demanda. No ano de 2011 haviam 78 estabelecimentos habilitados em 20 estados brasileiros para prestar assistência à saúde de alta complexidade aos cidadãos com obesidade mórbida no âmbito do SUS e foram realizadas 5.227 cirurgias nesse período (BRASIL, 2014; OLIVEIRA, 2013).

De acordo com Schmidt *et al.* (2011, apud BRASIL, 2013) os determinantes sociais também impactam fortemente na prevalência das doenças crônicas. As desigualdades sociais, diferenças em relação ao acesso a bens e serviços, baixa escolaridade e desigualdade no acesso à informação determinam, de maneira geral, maior prevalência das doenças crônicas e dos agravos decorrentes da evolução destas doenças. Com base nisso, no ano de 2011, o Brasil elaborou o Plano de Ações Estratégicas para o Enfrentamento das Doenças Crônicas Não Transmissíveis, tendo como objetivo promover o desenvolvimento e a implementação de políticas públicas efetivas integradas, sustentáveis e baseadas em evidências objetivando a prevenção, o controle e o cuidado das DCNT e seus fatores de risco (BRASIL, 2013).

4. CONCLUSÕES

Com base no exposto, pode-se concluir que as necessidades dos pacientes com condições crônicas são distintas daqueles com condições agudas, pois aqueles necessitam de apoio continuado e não apenas de intervenções biomédicas. O cuidado, nesse caso, deve de ser planejado e de atenção capaz de prever suas necessidades. Sendo assim, a atenção para este grupo necessita ser integrada e, para sua efetividade, tem de envolver tempo, oferta de cuidados de saúde e o empoderamento para o autocuidado

Se torna necessário, assim, políticas público-sociais cada vez mais eficazes para amenizar os processos de adoecimento e isolamento desencadeados pela condição de obesidade.

5. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretária de Atenção à Saúde (Org.). **Estratégias para o cuidado da pessoa com doença crônica: obesidade**. 38. ed. Brasília: Cadernos de Atenção Básica, 2014. 212 p.

_____. Ministério da Saúde. Secretária de Atenção à Saúde (Org.). **Diretrizes para o cuidado das pessoas com doenças crônicas nas redes de atenção à saúde e nas linhas de cuidado prioritárias**. Brasília: Ministério da Saúde, 2013. 28 p.

COSTA, Anna Christina Charbel *et al.* Obesidade em pacientes candidatos a cirurgia bariátrica. **Acta: Paul Enferm**, São Paulo, v. 1, n. 22, p.56-59, 03 set. 2009. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/ape/v22n1/a09v22n1.pdf>>. Acesso em: 12 out. 2016.

SANTOS, Andréia Mendes dos. **Sociedade do consumo: criança e propaganda, uma relação que dá peso**. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2009.

SCHERER, Patricia Teresinha. **O peso que não é medido pela balança**: As repercussões da obesidade no cotidiano dos sujeitos. 2012. 111 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Serviço Social, Programa de Pós-graduação em Serviço Social, Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2012.

PEREIRA, Potyara A. P. **A assistência social na perspectiva dos direitos**: críticas aos padrões dominantes de proteção aos pobres no Brasil. Brasília: Thesaurus, 1996.

OLIVEIRA, Michele Lessa de. **Estimativa dos custos da obesidade para o Sistema Único de Saúde do Brasil**. 2013. 95 f. Tese (Doutorado) - Curso de Nutrição Humana, Faculdade de Ciências da Saúde, Universidade de Brasília, Brasília, 2013.

Reis CEG, Vasconcelos IAL, Barros JFN. Políticas públicas de nutrição para o controle da obesidade infantil. **Rev Paul Ped** 2011; 29 (4): 625-633.